



**ACÓRDÃO Nº666/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11265/2017.**

**Apenso:** Processo nº 13411/2016.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ.

**4- Exercício:** 2016.

**5- Responsável:** Alexandre Bichara da Cunha (Ordenador de Despesa).

**6- Advogado:** Não Possui.

**7- Unidade Técnica:** DICA1.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6464/2018-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ. Exercício de 2016.

*Irregularidade. Multa. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Alexandre Bichara da Cunha**, responsável pela Fundação Hospital Adriano Jorge, no curso do exercício de 2016, de acordo com o artigo 22, Inciso II da Lei nº 2.423/96-LO/TCE, c/c o art. 188, § 1º, Inciso II da Resolução nº 04/2002-RI/TCE;

**10.2. Aplicar Multa** o **Sr. Alexandre Bichara da Cunha**, responsável pela Fundação Hospital Adriano Jorge, no curso do exercício de 2016, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades do item 24.1, subitem “da relação dos responsáveis”, item 24.4 (subitem “a”), item 24.5 do Relatório Conclusivo da DICA1-AM), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento



**ACÓRDÃO Nº666/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

(*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

**10.3. Determinar à atual gestão da Fundação Hospital Adriano Jorge–FHAJ, no sentido de:**

- 10.3.1.** Criar mecanismos que promovam a melhoria da integração, articulação e diálogo institucional entre a FHAJ e o Fundo Estadual de Saúde-FES-AM, nos critérios da lei de Licitações e Contratos rebatendo a alternativa da contratação direta e a burla do procedimento licitatório ( item 24.4 (subitem “a”) do relatório Conclusivo da DICA/AM), sob pena de aplicação de sanções;
- 10.3.2.** Elaborar relatórios específicos de atividades desenvolvidas sobre o Sistema de Controle Interno da FUAM, visando auxiliar o gestor na identificação e correção de rotinas e procedimentos em desacordo às normas e legislações vigentes, a fim de evitar a reincidência, bem como impedir ocorrência de novas irregularidades, (item 24.4 (subitem “a”) do relatório Conclusivo da DICA/AM), sob pena de aplicação de sanções;
- 10.3.3.** Observe rigorosamente as disposições da Lei n.º 8.666/93, coibindo o uso irregular da dispensa de licitação em aquisições de mesma natureza, cujo montante total ultrapasse o limite máximo vigente, tendo em vista o disposto nos art. 23, § 2º, c/c o art. 24, II, da referida Lei”. (item 24.4 (subitem “a”) do relatório Conclusivo da DICA/AM);
- 10.3.4.** Adote a implantação do Controle Interno conforme recomenda o artigo 43 da Lei nº 2.423/96/TCE. e art. 45, CR/89 (item 24.1, subitem “da relação dos responsáveis” - do relatório Conclusivo da DICA/AM);
- 10.3.5.** Solicite à Secretaria de Saúde e Governo do Estado do Amazonas que providencie concurso público incluindo tais especialidades em futuro quadro de pessoal a fim de evitar constantes contratações especiais, por meio de Cooperativas.(item 24.5 do relatório Conclusivo da DICA/AM);
- 10.3.6.** A reincidência na impropriedade ou falha apontadas poderá acarretar a irregularidades das contas subsequentes, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, nos termos do art. 22, III, da Lei nº 2.423/96-LO/TCE;

**10.4. Determinar à Comissão de Inspeção para que nas próximas inspeções:**



**ACÓRDÃO Nº666/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.4.1.** Verifique quais as providências adotadas pelo atual gestor, assim como por quem o venha substituir, no sentido de regularizar as determinações proferidas na Proposta de Voto.

**11- Ata:** 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 30 de Julho de 2019.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral